

23- CIDADE DESPORTIVA DO SPORTING CLUBE DE BRAGA:

Submete-se à consideração do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, a cedência do direito de superfície da parcela de terreno, sita na Av^a. do Estádio, da União das Freguesias de Real, Dume e Semelhe, por um prazo de 75 (setenta e cinco anos), ao Sporting Clube de Braga, proposta que se anexa.

Proposta

Assunto: Cidade Desportiva do Sporting Clube de Braga

Em reuniões de 09.11.2015 e 27.11.2015 foi deliberado pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal, respetivamente, a cedência do direito de superfície da parcela de terreno sita na Av. Do Estádio da União de Freguesias de Real, Dume e Semelhe, inscrita na atriz predial sob o n.º [...] e descrito sob o n.º [...], ao Sporting Club de Braga, onde seria desenvolvido o projeto da Cidade Desportiva.

O interesse público de que se reveste, evidência de tal característica da Cidade Desportiva, é o facto de se tratar de um projeto ímpar em território nacional reconhecido como de interesse público pelo Governo por duas vezes, a primeira através do Despacho n.º 4852/2016 do Gabinete do Secretário de Estado da Juventude e do Desporto, publicado no Diário da República de 11 de Abril de 2016 (2.ª série, DR n.º 70), e a segunda através do Despacho n.º 10553/2016 dos Gabinetes do Secretário de Estado da Juventude e do Desporto, da Secretaria de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza e do Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural, publicado no Diário da República de 23 de Agosto de 2016 (2.ª série, DR n.º 161).

Esta cedência circunscreve-se à necessidade de ser impressa a dinâmica que os órgãos autárquicos pretendem para o concelho e que vai no sentido de se valorizar uma área envolvente do Estádio Municipal de Braga, numa perspetiva de constituir uma nova centralidade urbana.

Não foram, entretanto, desenvolvidas todas as operações suscetíveis de dar eficácia às deliberações, mas mantêm-se o mesmo interesse e objetivo, que não deve ser abandonado, e que, por isso, agora se pretende retomar.

Assim, considerando:

- As atribuições que legalmente são atribuídas aos municípios pelo disposto no artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no domínio dos tempos livres e desporto bem como na promoção e desenvolvimento, conforme alíneas f) e m) do n.º 2 do mesmo artigo;



- Que se mantém o projeto caracterizado de interesse público, vocacionado para a promoção e prática desportiva na sua envolvente própria de criação de nova área urbana, de apoio a outras instituições e modalidades desportivas;
- Que o Sporting Club de Braga, na sequência da comunicação dos termos e condições da cedência do direito de superfície, propôs algumas adaptações aos termos e condições aprovados, sem enjeitar, no entanto, o contributo que possa prestar no contexto do mesmo projeto; e que
- se encontram identificados os termos correspondentes e as condições contrapropostas, que passam a consubstanciar-se da seguinte forma:
 - a) O Sporting Clube de Braga, no ato de constituição do direito de superfície, obriga-se a entregar à Câmara Municipal de Braga a quantia de 400.000,00 € (quatrocentos mil euros);
 - b) O Município poderá utilizar gratuitamente o pavilhão multiusos que o SCB edificará no terreno objeto do direito de superfície duas vezes por ano para atividades próprias, em datas a acordar e que não colidam com as atividades do Clube;
 - c) O clube obriga-se a criar um circuito de manutenção na envolvente dos campos de futebol, que permita a realização de atividade física, de acesso público e livre;
 - d) O Município, atenta a importância do projeto para o concelho, isentará o Clube, no enquadramento permitido pela lei e regulamentos municipais, do pagamento de taxas e outros encargos relacionados com as construções objeto do presente contrato.

Assim, propõe-se:

A aprovação das condições conforme anteriormente descrito, celebrando-se a cedência do direito de superfície por um prazo de cedência de 75 (setenta e cinco) anos.

Após a deliberação do executivo municipal sobre a presente proposta, será a mesma submetida a deliberação da Assembleia Municipal, após o que será objeto de escritura pública, e registo, sem necessidade de outras formalidades.

Braga, 14 de setembro de 2018

O Presidente da Câmara Municipal

